

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS
PARLAMENTARES, E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 21/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2022” E N.º 22/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2022”

4 DE NOVEMBRO DE 2021



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 4 de novembro de 2021, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2022” e n.º 22/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022”.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 2 de novembro de 2021, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 9 de novembro de 2021.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.



Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias abaixo elencadas são da competência da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambas para o ano de 2022, nas seguintes matérias:

- Comunicação Social;
- Ambiente;
- Alterações climáticas;
- Ordenamento do território;
- Recursos hídricos;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Orla costeira;
- Política de ocupação de solos;
- Reservas naturais e ecológicas;
- Energia
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição aos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual contida nos documentos em análise insere-se na estratégia definida para o médio prazo e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2022.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2022, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Quadro

Plano Anual para 2022

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 - INFORMAÇÃO	1.858.849	1.858.849	
COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA			
1.1 – Apoio aos Media	797.500	797.500	
1.1.1 Programa de apoio à Comunicação Social	650.000	650.000	
1.1.2 Plataforma eletrónica de Comunicação com o Cidadão	50.000	50.000	
1.1.3 Financiamento de obrigações se serviço público de notícias e de televisão	97.500	97.500	



1.2 – Jornal Oficial	50.000	50.000	
1.2.1 Acesso a base de dados jurídicos	50.000	50.000	
6 – AGRICULTURA FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	112.812.476	60.829.945	51.982.531
6.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas	40.240.741	12.163.872	28.076.869
6.2.2 Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	10.600.000	1.590.000	9.010.000
6.2.4 Melhoramento Genético e Bem-estar animal	518.000	518.000	
6.2.5 Bem-estar de animais de companhia e errantes	259.000	259.000	
6.2.16 Life IP Climaz	684.593	684.593	
6.2.20. Apoio à construção de um centro de treino animal para a AFAMA - Associação Faialense dos Amigos dos Animais	3.700	3.700	
6.2.26. Produção de espécies cinegéticas para repovoamento	10.500	10.500	



6.2.27. Programa de investigação de espécies cinegéticas nos Açores	25.000	25.000	
7 – PESCAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR	38.442.883	22.308.883	16.134.000
7.6 – Gestão e Requalificação da Orla Costeira	483.674	483.674	
7.7 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	3.088.159	3.088.159	
9 – AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TERRITÓRIO	20.103.249	20.103.249	
9.1 – Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	6.135.036	6.135.036	
9.2 – Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	5.463.721	5.463.721	
9.3 – Conservação da Natureza e Biodiversidade	2.499.588	2.499.588	
9.4 – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	1.828.880	1.828.880	
9.5 – Ordenamento e Gestão do Território	4.176.024	4.176.024	
10 – TRANSPORTE, TURISMO E ENERGIA	288.178.581	250.690.701	37.487.880



10.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis	39.729.425	39.729.425	
10.2 – Serviços Energéticos	4.550.297	4.550.297	
10.3 – Mobilidade Elétrica	576.000	576.000	
10.4 – Política Energética	1.053.689	1.053.689	

De referir que não foram incluídas no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das obras públicas (Programa 12), mas que dizem respeito a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Projeto 12.22 – SRMP – Gestão e requalificação da orla costeira – 6 067 270 €
- b) Projeto 12.25 – SRAAC – Planeamento, inspeção e promoção ambiental – 1 499 126 €
- c) Projeto 12.26 – SRAAC – Conservação da natureza e biodiversidade – 1 474 247 €
- d) Projeto 12.27 – SRAAC – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica – 2 854 490 €
- e) Projeto 12.28 – SRAAC – Centros de processamento de resíduos – 618 921 €

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL:

O Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural iniciou a sua intervenção fazendo um enquadramento geral das propostas da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural para o ano de 2022, começando por dizer que dentro das competências da Comissão, nomeadamente energia, ambiente, desenvolvimento sustentável e bem-estar animal, que no âmbito do programa 6 importava esclarecer e informar o que se previa para o ano de 2022. Assim, considerou que para a Secretaria Regional os objetivos traçados no início dessa legislatura são uma agricultura inovadora, competitiva, inclusiva, sustentável e virada para a produção local diminuindo as importações. Uma agricultura resiliente, uma agricultura de preços justos e uma agricultura que também deriva de um mercado justo e, acima de tudo, uma agricultura que caminha para a soberania alimentar, quer a animal, quer humana.

Salientou ainda que dentro das competências da sua Secretaria há uma ação no programa, nomeadamente o projeto 6.2, onde o desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas, terá um aumento de 1,9 por cento relativamente ao ano transato. Ou



seja, em 2021 há a previsão de uma despesa pública 39 milhões 489 mil euros e, para o ano de 2022, há aumento da despesa pública para 40 milhões.

E explica que o aumento dessa despesa pública em 7,36 % é um esforço regional para estar compaginado com os fundos comunitários. Esse aumento do orçamento regional, em mais 7,36 %, corresponde a 516 565,00 Euros, de forma a viabilizar as necessidades atuais no âmbito da agricultura biológica, da manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, das medidas agroambientais, da extensificação pecuária diminuindo a carga animal por hectare. Portanto, um conjunto de medidas que vem de encontro àquilo que são as preocupações e as necessidades da humanidade relativamente à retenção do carbono e ao combate às alterações climáticas, à conservação do solo, à diminuição dos fitofármacos e ao bem-estar animal, que é essencial e estando-se a proceder à sua certificação.

E continuou referindo que a ação 6.1.2 do POSEI, no seu entendimento, está muito visada este ano para aquilo que são as necessidades em termos de produções locais. Como consequência leva à diminuição das importações e qualificações já que o programa POSEI este ano está muito relacionado com o ambiente a diminuição da pegada ecológica assim como a diminuição da energia que está associada ao transporte de alimentos.

O programa POSEI tem uma dotação de 13 milhões de euros. Esses 13 milhões de euros evitam que existam cortes aos produtores. Ou seja, os apoios e os prémios anunciados são aqueles que são efetivamente pagos. Esses 13 milhões de euros correspondem a um esforço regional de todo o programa 6. Ou seja, os 59 331 505 euros, que estão no orçamento regional, correspondem a um esforço de 22%. Em relação ao Projeto 6.1 no valor de 38 761 167 euros do orçamento regional e que corresponde a um esforço regional de 34%.

Continuou afirmando que o programa POSEI está vocacionado para as áreas ambientais e de bem-estar animal e de qualificação. Deste modo, há uma majoração de 23 euros por tonelada de leite produzido em modo de produção biológico. Ou seja, há uma majoração a quem produz leite biológico em 23 euros por tonelada. Também há um suplemento a quem está no regime de produção biológica de 20% relativamente ao prémio da vaca leiteira.

Na área da floricultura, horticultura e fruticultura, há uma majoração de 10 % para quem está em modo de produção biológico e, também, uma majoração de 40 euros de prémio ao abate para a carne IGP, para a carne do Ramo Grande e pecuária biológica. Isto é, para quem abater nos matadouros da rede regional de abate.



Informou ainda que para o próximo mês, os Açores vão ter mais uma qualificação DOP que é a carne Ramo Grande.

Referiu ainda que foi publicada, a nível mundial, legislação para saber se alguém se opõe a que seja dado o nome de carne Ramo Grande DOP à carne produzida desta raça autóctone dos Açores e a pecuária biológica.

O senhor Secretário salientou que existe uma majoração nas culturas arvenses de mais de 20 % em agricultura de modo de Produção Biológica, e em relação à vinha, um apoio de 1.250 euros por hectare para os vinhos DOP. Há ainda um apoio de 950 euros por hectare para a produção de vinhos IG. Deste modo, referiu haver um esforço regional dedicado às produções locais, havendo uma vertente muito dirigida para a naturalidade de produtos naturais com majorações e incentivos a esta mesma produção.

Na ação 6.1.6 salientou a capacitação dos agricultores para a produção e consumo sustentável, com uma dotação de 436 mil euros, uma ação direcionada a ações de sensibilização e formação, não só à produção, mas, também, aos consumidores para um modo mais sustentável de produzir. Ou seja, um modo que seja viável e durável de acordo com aquelas que são as normas para as várias inquietudes quer climáticas quer do uso endógeno dos meios para a produção.

Na ação 6.1.8, que respeita a inovação e digitalização da agricultura, corresponde com uma ação de 188 mil e 800 euros e que se traduz numa nova visão sobre análises de solo. Este ano já foi elaborado um protocolo com Universidade dos Açores para as análises dos solos e da sua devida formação relativamente a essas mesmas análises. Ou seja, o aconselhamento técnico. Há também uma necessidade em trazer a público aquilo que é a conservação do solo e as análises que se estão a fazer resultam numa necessidade de ajustar quer as adubações, quer as mobilizações do solo, de forma a que, tudo esteja de acordo também com as práticas sustentáveis

Em relação à ação 6.1.23, relativo aos regimes de apoio à reestruturação das empresas, há uma dotação de 650 mil euros direcionada à reestruturação, com uma prioridade ambiental e prioridade energética no âmbito da inovação e para uma transição mais verde assim como para uma digitalização e inovação.

Na ação 6.2.16, no âmbito dos recursos florestais, existem duas ações do programa LIFE CLIMAZ que, juntamente com o ambiente, pretende-se mapear a cobertura terrestre em São Miguel e



na Terceira, relativamente à área florestal, de forma a se saber qual é a quantidade de carbono que está a ser retido pelas florestas.

Em 2022 vai-se dar início à criação dos corredores ecológicos, com cerca de 300 hectares, também em São Miguel e na Terceira, na utilização dos baldios que são desaproveitados. Nestes corredores serão plantadas plantas endémicas, no âmbito daquilo que é a necessidade de preservar e incentivar a plantação da Laurissilva.

Relativamente à ação 6.2.28, que são as jornadas florestais e ações de sensibilização, no valor de 40 mil euros, pretende-se criar uma ligação muito forte à rede de ensino de forma a alertar e sensibilizar os alunos para a necessidade da floresta nos Açores, da sua conservação, da sua produção e o papel da sua multifuncionalidade na atualidade para a humanidade.

Já na ação 6.2.23, que é referente ao programa de melhoramento, pretende-se levar à prática um programa de investigação e um programa de conservação das nossas espécies autóctones.

A ação prevista no 6.2.22 refere-se à manutenção do sistema de certificação do perímetro florestal e matas regionais no valor de 217 mil 930 euros.

Ou seja, a certificação da Laurissilva e das espécies endémicas, que é uma certificação internacional e que exige um conjunto de acompanhamento e requisitos, quer na sua manutenção, quer no desbaste, quer na conservação que será realizada também em 2022.

E finalmente, há um conjunto de ações de inovação neste ano em que a ação 6.1 .21 do agro emprego, também muito direcionada para as escolas, será um programa, em partilha com a Secretaria da Qualificação Profissional e com a Secretaria da Educação, para se levar às escolas a necessidade de criar atratividade para o emprego na agricultura. Não sendo necessário ter grandes áreas, nem muitos animais. Há uma diversificação muito grande na agricultura que está na oportunidade dos jovens. A intenção é direcionar para os meios de comunicação social, dizendo aos jovens que há aqui uma atratividade no âmbito da diversificação com uma pequena e média área, de matriz familiar, com produtos endógenos, uns visando a exportação outros visando o consumo interno.

Na ação 6.2.9 que trata da economia circular, bio economia e investigação científica na agricultura, onde se pretende incentivar projetos no âmbito da economia circular, no âmbito do reutilizar tendo como objetivo que o desperdício não é um desperdício finito, já que na agricultura pode haver vários tipos de aproveitamentos no âmbito da produção pecuária e na produção agrícola.



Sobre a ação 6.2.21 referiu que se trata da Geo Bio Graciosa, que é um processo de transição da pecuária essencialmente da pecuária da bovinocultura do leite para uma bovinocultura do modo mais natural. Pode ser leite de pastagem ou leite biológico. Sabe-se que a Graciosa se debate com problemas hídricos de consumo de água, havendo uma competição entre o consumo humano e o consumo animal e, o que interessa, é valorizar o produto, até utilizando a denominação de reserva da biosfera. Se à Reserva da Biosfera forem adicionados os produtos mais naturais, obviamente, consegue-se valorizar, com menos inputs para a produção, produzindo menos leite, mas valorizando aquilo que se produz.

Sendo uma ação muito direcionada para a reconversão de leite de uma produção convencional em produção mais natural.

Em relação à Geo Bio Ocidental, que trata a ação 6.2.8, esta teve o seu início o ano passado, em que já existiam várias ações de sensibilização e de formação, quer nas Flores quer no Corvo. Existem produtores interessados e há ações também que tiveram a participação dos consumidores e das empresas. Estas ações estão a dar frutos e já existem interessados. Deste modo, nos próximos fundos comunitários no PO 23-27 vai-se enquadrar de uma forma mais substancial estas mesmas agriculturas.

Quanto à ação 6.2.7, Sustentagro - agricultura sustentável, este ano já produziu efeitos e que tem a ver com a legislação das leguminosas. Há um apoio aos agricultores que compram leguminosas, sementes leguminosas, para o repovoamento nas pastagens. Isso significa uma maior fixação do azoto atmosférico e um maior sequestro de carbono, significa ainda mais energia por metro quadrado nas pastagens, mais biodiversidade das pastagens, e significa, ainda, que outros animais, como sejam as abelhas, possam ter flores para recolher o mel. Assim, neste momento está em vigor a portaria, até finais de dezembro, que permite o apoio em 50% aos agricultores que comprarem leguminosas para as suas pastagens.

Em relação a outras áreas, o Senhor Secretário referiu que se vai continuar a apoiar o transporte marítimo de resíduos, provenientes de explorações agrícolas e pecuárias das outras ilhas para a ilha Terceira, para a produção de energia, referente à Portaria 81/2019, da qual a Secretaria do Ambiente faz a candidatura, analisa as candidaturas, e depois envia para pagamento.

Em relação à portaria 33/2001, sobre o bem-estar animal, já foram atribuídos um conjunto de apoios, com uma nova filosofia, uma filosofia mais simples, mas sem deixar de exigir responsabilidade no âmbito da esterilização e no âmbito da identificação animal.



Por fim, o senhor Secretário referiu a situação relacionada com uma reivindicação do PAN, que respeita à recolha de animais de grande porte, em que foi publicada a Portaria 67/2021, de 12 de julho, e que permite às associações recolher equinos que estão abandonados. A portaria está em vigor e é dirigida aos centros que se candidataram para a recolha.

O senhor deputado José Contente do PS, referiu que quem ouviu o senhor Secretário ficou com a ideia de que os documentos eram só sobre leite e mel. Prosseguiu a sua explanação com um comentário prévio, considerando que era importante clarificar nesta fase. Referiu que os documentos enfermam à partida, tal como referiu ter acontecido no ano anterior, pela violação dos prazos da audição dos parceiros sociais.

Este ano considerou que os documentos foram entregues atrasadamente, e em cima da hora, na Assembleia Regional, com prejuízo para os partidos que têm que os analisar, e com uma má justificação, que supostamente tinha a ver com o chumbo do Orçamento de Estado. Na opinião do deputado José Contente, esse atraso tem a ver com a ameaça de alguns partidos que sustentam o Governo Regional.

E prosseguiu a explanação dizendo que, em segundo lugar, a credibilidade dos documentos está fortemente ferida devido às baixas taxas de execução que o Governo apresenta, apesar de mais uma vez, não ter tido acesso ainda ao relatório de execução do terceiro trimestre, considerando que é uma falha grave para quem anuncia tanta transparência para este governo.

Em terceiro lugar, refere que isto não é uma questão associada só à Agricultura e Pescas, mas entende, por via do Orçamento e do financiamento do plano, que não se vai ter receitas para financiar o plano, senão até 40, no máximo 40% no próximo ano.

Assim, o senhor deputado José Contente, questionou o senhor Secretário pretendendo saber qual seria a explicação do senhor Secretário, depois deste ter elencado um certo número de ações, para que tenha dito o ano passado que “os Açores têm de passar a ser conhecidos também porque a elaboração dos seus produtos provem do sustentável e do bem-estar animal respeitável”. Questiona ainda se, foi por causa disso, que diminuiu a verba, quer no melhoramento genético do bem-estar animal de 710 981 mil euros para 518 mil euros e, ainda, se diminuiu a verba do bem-estar animal de companhia e errantes de 269 177 euros para 259 mil euros, ou “foi porque as baixas taxas de execução de 2021 o aconselharam a esta diminuição?”



O senhor Secretário começou por responder que, relativamente às considerações do deputado José Contente, não se ia pronunciar, atendendo a que são de outro âmbito, de outro fórum e de outra responsabilidade, inclusive da Assembleia Regional.

Relativamente aos animais de companhia, o senhor Secretário respondeu que foram atribuídos 239 mil euros e que neste momento estão utilizados 162.694,5 euros e que a previsão é que o total atribuído não iria ser totalmente utilizado pelos candidatos, pelo que se reduziu em 10 mil euros. No entanto, sublinha que se for necessário, ao longo do ano, pode-se transferir verbas de uma ação para a outra, considerando que o plano é um plano realista e verdadeiro de acordo com a experiência.

Quanto ao melhoramento genético, o senhor Secretário reafirmou que o melhoramento genético diminuiu porque a verba passa uma parte do melhoramento genético para outras medidas, que estão por exemplo na 6.1.6 e 6.1.8, que são medidas de inovação da digitalização da agricultura. Assim, esse melhoramento genético, que era o tradicional melhoramento genético, mantém-se na ação, e todas as novas ações de melhoramento genético, dedicadas a uma nova produção, mais natural e que é preciso influenciar o animal geneticamente, estão nas novas ações. Deste modo, justifica, até haja mais verba para o melhoramento genético do que existia. Está, porém, dividido em duas ações.

Relativamente ao SustentAgro, o senhor Secretário referiu que relativamente àquilo que é o Fórum Bio 21 já se realizaram 23 ações de formação e sensibilização nas nove ilhas dos Açores envolvendo mais de 600 participantes com mais de 10 mil visualizações, já que os participantes que estamos a falar não são só presenciais. Foram realizadas ações sobre horticultura, pecuária, vinhos e floresta biológica. Ações sobre a agricultura de precisão, ações sobre pastagens, ações sobre a produção de leite biológico e, portanto, já se está a percorrer novamente as ilhas.

Esta é uma ação no âmbito da sustentabilidade da agricultura que se espera resultados, não só nas Flores, mas em todas as ilhas. As pessoas perceberam que depois da pandemia é preciso oferecer outro tipo de alimentos, de agroalimentos com outro conteúdo nutricional. As pessoas estão mais sensíveis a ler os rótulos e percebem que um alimento com a qualidade intrínseca, no âmbito das suas várias componentes nutricionais, pode prevenir a doença e pode combater a doença.

Considerou ainda que os Açores, situados geoestrategicamente no Atlântico, e tendo em conta as suas condições climáticas, terão de conseguir converter uma grande parte da sua produção para conseguir ter uma oferta de agroalimentos e que posicione os Açores para nichos de



mercado de exportação, quer comunitária, quer exterior e, até mesmo, utilizando os acordos bilaterais que a União Europeia negocia ao longo do ano.

Referencia, ainda, que este ano existem e estão em negócio quarenta e três acordos bilaterais e multilaterais. O acordo comercial com o Canadá é um acordo fundamental para se tentar uma ação diplomática para aumentar as quotas de exportação de queijo de São Jorge.

Assim, o deputado José Contente do PS, começou por afirmar que o atual Governo tem tido uma enorme dificuldade que resulta do irrealismo da proposta de 2021 face à execução material. Tem uma execução material baixíssima, como se vai provar no final do ano. Afirma ainda que em relação às execuções financeiras, como é o caso do bem-estar animal, de animais de companhia e errantes, também a previsão não foi a melhor face ao montante de 269 mil euros que, de facto foi mais baixo.

Em nova intervenção do senhor Secretário da Agricultura, e em resposta ao senhor deputado José Contente, este afirma que a execução do plano para a agricultura em setembro de 2021 tem um nível de execução de 56,8 % e relativamente ao período homólogo era de 55,7%, não havendo grandes diferenças. A previsão é que se irá executar até ao final de dezembro.

De seguida foi dada a palavra ao senhor deputado Pedro Neves que começou por questionar uma medida, que estava já aprovada no Orçamento de 2021, e perguntou se vai passar para orçamento de 2022, que tem a ver com certificação Biológica, já que o deputado tem informação de empresas que fizeram denúncias dizendo que estão a pagar do seu próprio bolso, visto que tem que ser executado, e era algo que foi aprovado em plenário.

De seguida perguntou sobre este orçamento, nomeadamente o ponto 6.1.2, que refere as medidas de apoio às produções locais, com a dotação de 13 milhões. Questionou sobre quais são as produções locais? Quem é que escolhe? Quais são as produções que necessitam ou não dessas medidas de apoio? E quais são as áreas da agricultura (e dentro da agricultura, se é da parte pecuária) e se em relação à horticultura, fruticultura e floricultura constam algumas dessas empresas ou se, durante o ano de 2022, se irá ter mais necessidade comparativamente com as outras empresas.

Quanto ao 6.11.5, incentivo ao associativismo, questiona sobre o tipo de associativismo a que é dado nesse incentivo. Questiona se são cooperativas? Se se vai obrigar as empresas familiares a estar dentro das cooperativas? E com isso obrigar a ser só desta forma que podem ter apoios? E, questiona ainda, se não se estará a desvirtuar aquilo que é o empreendedorismo de cada



empresa familiar, micro, pequena e média empresa? Relativamente à proteção animal o senhor deputado Pedro Neves entende que se gasta pouco.

Relativamente a estas questões, foi dada a palavra ao senhor Secretário Regional, que começou pela questão inicial, ou seja, pela proposta de 100 mil euros, em que 60 mil euros, foi para o fórum biológico e 40 mil euros para a certificação dos produtos agropecuários que existem neste momento de âmbito biológico. Foi incluído na ação 6.2.2.

Está, ainda, em elaboração a portaria, que deve sair dentro em breve, que prevê a comparticipação no pagamento de todas as certificações, relativamente às qualificações biológicas. Ainda este ano vai abrir o período de candidaturas e vai ser pago. Porque já não se procedeu a essa ação? Porque teve que se esperar que todos os produtores fizessem a certificação.

O acompanhamento e a fiscalização são realizados praticamente no final do ano, sendo a altura em que os produtores pagam esta fatura às empresas que fazem a certificação e, portanto, neste momento estão em condições, os produtores, de entregar esta mesma despesa.

Referiu ainda que a proposta, apresentada pelo deputado foi aprovada e, portanto, terá de ser cumprida. Salientou ainda que a Secretaria está a cumprir e que sairá este mês a legislação relativamente ao enquadramento do apoio a estas certificações. Refere ainda que o deputado Pedro Neves também fez uma outra proposta, que foi incluída na ação 2.5 de 60 mil euros, relativamente ao resgate médico veterinário dos animais de grande porte, que deu origem à portaria. As duas grandes propostas de alteração ao Orçamento para 2021 estão aceites. Uma concretizada outra está em vias de concretização.

Sobre a questão do associativismo o senhor Secretário considerou importante e com papel fundamental nos Açores. Segundo disse, sem associativismo não há concentração dos produtos, não há aumento do capital de reivindicação junto aos grandes operadores e não há conquista de novos mercados. Porém, é preciso que toda a fileira comece a ter rendimento, ela própria. Por isso em relação ao associativismo houve um corte de 50%, passando de 5 milhões para 2,2 milhões, sendo que este corte, segundo o senhor Secretário, é uma necessidade de criar alguma independência e autonomia do associativismo.

Salientou ainda que os montantes atribuídos ao associativismo não são dados de qualquer forma, havendo candidaturas de projetos no âmbito da inovação. Porém, admite que falta acompanhamento técnico por parte da administração regional, e que se está a trabalhar para resolver esta lacuna. Ainda em relação a este acompanhamento técnico, referiu que muitas



vezes é através do associativismo que ele é realizado, nomeadamente pelas associações agrícolas, desde a contabilidade agrícola, contraste leiteiro e inseminação artificial. Focou ainda que as associações estão despertas para as várias situações de vulgarização sobre a alimentação animal de acordo com o que é a estratégia de metano, onde é necessário encontrar novas formas, no âmbito do conteúdo da alimentação animal, que levem à produção de menos metano, nomeadamente através da Estratégia Metano 2030, que aliás, é uma estratégia bastante difícil de cumprir.

Em relação ao POSEI, é um programa que apoia as produções locais de âmbito animal e de âmbito vegetal. Admite que são produções muito viradas para a quantidade em vez da qualidade. Há aqui um erro que há que alterar. Assim, vai-se proceder à alteração, de uma nova filosofia do POSEI, que não foi possível no ano transato devido a prazos da Comissão Europeia. Nesta alteração pretende-se alterar o sentido da quantidade para a qualidade. Ou seja, em vez do apoio estar direcionado a mais um animal, tem que estar direcionado à qualidade da carcaça e à qualidade do leite. Por exemplo, em vez do apoio estar destinado a mais um hectare, terá de estar direcionado à qualidade energética que uma pastagem pode dar e, naturalmente se poder diminuir a importação energética, já que quase 50 por cento na alimentação energética de uma vaca leiteira é importada.

Se houver pastagens associadas com leguminosas e gramíneas podemos ter energia endógena juntamente com a produção de milho. Essa conjugação da pastagem com milho pode dar uma energia que diminua essas mesmas importações. E isto significa melhoramento genético. Entretanto, salienta que o POSEI está a majorar quem produz leite, quem tem animais biológicos, está a majorar a horticultura, a fruticultura em 10%, desde que seja biológica, está a majorar o prémio ao abate, desde que seja carne IGP, Ramo Grande e pecuária biológica, está a majorar culturas arvenses no âmbito biológico em 20%, assim como está a majorar os vinhos, o DOP e IG, por hectare.

O senhor deputado António Lima do BE, começou por referir a medida 6.2.5, relativamente ao bem-estar animal, que tendo em conta essa execução que não é total e, também tendo conta a perspetiva, para o ano seguinte, não seria mais eficaz utilizar esse investimento para reforçar o apoio que é atribuído, por exemplo, às associações no sentido de investirem mais e fazer mais ações de esterilização, de campanhas de sensibilização, de divulgação entre outras. A esterilização, segundo o deputado António Lima, parece fundamental, assim como alterar as regras e valores atribuídos a cada candidatura.



Perguntou igualmente, porque razão, uma ação está discriminada de forma diferente do que estava nos anteriores orçamentos. Não era individualizada. As ações de 6.2.26 e 6.2.27, questionou, relativamente à produção de espécies cinegéticas para repovoamento. O senhor deputado pretendeu saber se há alguma nova experiência de povoamento, de alguma nova espécie, já que se trata de algo muito delicado e com problemas potenciais também sérios.

Ainda relativamente ao programa de investigação de espécies cinegéticas o deputado solicitou esclarecimento da situação.

O Senhor Secretário começa por referir que, em relação ao bem-estar animal e o montante que está atribuído, 339 mil euros e utilizado 162 .624,50€, que se pode sempre alterar as regras, mas é preciso que primeiro este montante seja utilizado, e que este ano foram alteradas as regras. Foram atribuídos mil euros a cada junta de freguesia onde não há CROS, sendo uma nova forma de apoiar a esterilização e identificação animal. Também foi alterada a regra de apoio, em que, até 3 mil euros, todas as associações ecológicas não têm necessidade de apresentar justificativo de gasto. A partir de 3 mil euros e até aos 11 mil euros terão de apresentar justificativo dos gastos.

Referiu que existem ainda um conjunto de ações, que tem a ver com a investigação e produção das espécies autóctones dos Açores, e que a vontade e ambição do governo é que os Açores aumentem a sua área florestal e tenham, igualmente, mais espécies autóctones.

Relativamente à questão cinegética, foi referido pelo senhor Secretário que já é um assunto antigo, nomeadamente da introdução de espécies cinegéticas e que é um estudo que se encontra parado, embora exista a vontade para estudar espécies cinegéticas, já que é uma área e um nicho de mercado turístico importante para os Açores.

O senhor deputado Marco Costa começou por referir que o programa que o senhor Secretário apresentou, sendo da área da agricultura, enquadra-se naquilo que são as áreas envolvidas nesta comissão, nomeadamente na preocupação de interligação da parte económica com a parte ambiental, vital para o desenvolvimento que se pretende para os Açores.

Salientou ainda que o senhor Secretário efetuou uma leitura e análise das necessidades e realidades de cada uma das ilhas dos Açores, assim como as potencialidades existentes enquadrando-as sempre com o equilíbrio ambiental, sabendo que são 9 ilhas com 9 realidades e estatutos diferentes na área económica e agrícola, tendo por objetivo enquadrar num objetivo comum.



O deputado Marco Costa colocou de seguida algumas questões relacionadas com a qualificação dos produtos regionais e na crescente tendência de produzir produtos com maior valorização nos mercados, ao invés da simples produção em quantidade. Assim, sabendo que existem produtos DOP's e IGP's na Região e havendo uma aposta, nomeadamente através do IAMA, no controle de certificação de produtos regionais, questionou quais são os produtos que estão em vias de certificação nas várias modalidades perante a União Europeia e algumas entidades internacionais e, também, quais são os cadernos de encargos que podem, ou não, ser revistos dos produtos que já temos certificados há algum tempo.

O senhor Secretário da Agricultura começou por responder dizendo que para manter os Açores unidos e convergentes à identidade de arquipélago terá de se pugnar pela diferenciação. Deste modo reafirmou que o governo está a trabalhar nesta área está-se a preparar legislação, no âmbito fiscal, para que haja mais incentivos já que os produtos qualificados em Portugal são os únicos que têm resistido às crises, sendo os únicos igualmente, que têm apresentado credibilidade e confiança por parte dos consumidores.

Salientou ainda que os produtos únicos, pela sua identidade, terão grandes possibilidades de entrar nos acordos bilaterais e multilaterais da União Europeia para exportação pela sua origem, sendo chamados de produtos sensíveis.

No caso dos Açores está a decorrer a certificação do “alho da Graciosa” e da carne do “Ramo Grande”, estando a primeira a terminar em novembro e a segunda em dezembro. Está igualmente em fase final a certificação da manteiga.

Assim, esta é a estratégia e planeamento para os produtos qualificados, havendo aqui um benefício fiscal quer para as cooperativas, quer para os produtores e no que são os apoios no âmbito do programa operacional 23-27.

Esses produtos são de facto produtos do futuro, havendo muito emprego que pode ser criado através desses produtos e o grande desafio à agricultura nos próximos tempos é produzir com menos área, menos recursos e menos animais.

A Deputada Joana Pombo Tavares questionou o senhor Secretário relativamente à majoração do abate da carne nos matadouros dos Açores, nomeadamente, sobre qual o investimento que está previsto para esses matadouros, já que existem ilhas que não possuem sala de desmancha certificada ou não possuem condição de frio prejudicando assim a venda para clientes que exigem esta certificação.



A senhora deputada questionou ainda que, tendo em conta que na ação 6.3.3, existe uma dotação e 3 milhões 631 mil euros, se haveria mais algum valor para esse investimento e o que está previsto para esses matadouros.

Em resposta, o senhor Secretário referiu que de facto há outra ação, a 6.3.4, que tem 6 milhões e 609 mil euros referente ao início da construção do matadouro de São Jorge, para o melhoramento das infraestruturas do matadouro de São Miguel, melhoramentos do matadouro do Pico e quanto às salas de desmancha, estão todas concessionadas, excetuando do matadouro da Graciosa, onde já foram lançados dois concursos (pelo anterior Governo), e por duas vezes ficou deserto.

Continuou referindo que paralelamente às salas de desmancha, há que investir em salas de maturação, como novo objetivo.

Há que continuar a fazer investimentos na linha de abate, tendo em conta que há interessados em comprar carcaças dos Açores. Porém são clientes rigorosos no bem-estar animal e como tal, há que fazer investimentos nesta área do abate.

O senhor Secretário deixou ainda como nota que, dos vários investimentos, há que ter em consideração a atual situação que tem deixado concursos desertos e que vai desde a falta de mão-de-obra, ao preço dos materiais em constante alteração no mercado, tendo já sido alterados alguns concursos tendo em conta que os anteriores ficaram desertos devido a estas mesmas situações.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS:

O Secretário Regional do Mar e das Pescas iniciou a sua intervenção referindo que, o Plano de Investimentos do Governo dos Açores para 2022 contempla uma dotação global de 48,4 milhões de euros, dos quais 32,2 são afetos ao plano e 16,2 provenientes de outros fundos, por curiosidade referiu que em relação a 2021 houve um acréscimo de apenas cerca de 75000 euros.

Ao nível de execução das propostas de investimento repartem-se pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas 38,4 milhões e 9,9 milhões de euros da Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações.

Referiu ainda que em relação ao ano transato no Mar e Pescas verifica-se uma redução de 3,8



milhões de euros, portanto, baixam as verbas do Quadro, mas sobem os fundos comunitários em 2022.

Salientou ainda o senhor Secretário que, atendendo a que 2021 foi um ano de transição, por força da nova orgânica governamental, a SRMP ainda contou com algumas empreitadas, mas que já transitaram e esta alteração reflete-se nos números.

Em relação às empreitadas, relacionadas com a recuperação de infraestruturas de proteção marítima com a gestão e requalificação da orla costeira, referiu que estas estão inseridas nos programas 12.21 e 12.22 da Secretaria Regional de Obras Públicas e Comunicações, incluindo uma série de intervenções a realizar praticamente transversal a todas as ilhas num montante de 9,9 milhões de euros.

No que concerne à gestão de zonas balneares e a pequenas intervenções nas zonas costeiras, referiu que na Secretaria Regional do Mar e das Pescas (SRMP) existe uma dotação de 483 mil euros, que pretende estabelecer protocolos de colaboração com as autarquias locais e associações para gestão das zonas balneares. Disse ainda que a maior fatia do programa será para monitorização, promoção, fiscalização e ação ambiental marinha, dotada com cerca de 3 milhões de euros será canalizada para colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo uma vez que, e referiu, neste âmbito existe um vasto trabalho que foi executado pelos anteriores governos e que importa dar continuidade.

Em relação ao Plano de Situação do Espaço Marítimo dos Açores (PSOEMA), referiu que este deve ser submetido à Comissão Consultiva, acompanhado pelo respetivo parecer final, no próximo dia 2 de dezembro, sendo que alguns atrasos ocorreram tendo em conta que vários grupos de trabalho enviaram os seus contributos tardiamente, nalguns casos com meses de atraso, o que implicou a análise e ponderação de pareceres extemporâneos.

Disse ainda que, com base nesses contributos recebidos, de extrema importância para a Região, foram identificados um grande volume de alterações que resultaram em revisões profundas.

Em relação à Escola do Mar, destacou que está a funcionar normalmente e que pretende arrancar em 2022 com o início da recuperação dos blocos habitacionais do antigo complexo da Estação Rádio Naval da Horta. O reordenamento do espaço envolvente será efetuado de forma progressiva, tornando uma mais valia para a Escola poder fornecer alojamento para os estudantes que estejam deslocados das suas ilhas, destacando a urgência em recuperar o campo de futebol para fins letivos e a conversão de uma das caves de um dos edifícios num miniginásio.



O Deputado José Contente referiu, que o documento em causa não lhe merecia credibilidade. Posto isto, solicitou explicações ao senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas, relativamente ao seu comprometimento, em sede de Assembleia Regional, que o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (PSOEMA) ficaria pronto em julho ou, quanto muito, no final do verão e que isto não aconteceu. E questionou como é que num documento tão importante para a Região tenha havido uma grande “derrapagem” de prazos? Solicitou ainda que o senhor Secretario esclarecesse como é que, independentemente de o Governo Regional ter anunciado a compra do tecnopolo MARTEC, não se conheça ainda nenhuma diligência junto dos investigadores para o desenvolvimento desse projeto na parte dos recursos humanos e, portanto, se será apenas uma questão de compra do edifício já que não se conhece nenhuma outra diligência do Governo Regional para que depois esse tecnopolo venha a ter desenvolvimento.

O senhor Secretário Regional das Pescas e do Mar confirmou que, em sede da Assembleia, tinha dado esses prazos, porém, tendo em conta os atrasos de algumas entidades (como foram o caso relativamente às ligações dos cabos submarinos, cujas entidades não tinham sido consultadas) houve a necessidade de efetuar essas consultas. Salaria ainda que um documento com esta importância merece ser feito com grande ponderação. Foi, assim, apontada a data de 2 de dezembro, como a data para se submeter o documento à comissão consultiva.

Relativamente à questão dos recursos humanos, frisou que os técnicos que continuam a acompanhar o projeto são os mesmos que se encontravam a acompanhar o projeto anteriormente.

Relativamente ao tecnopolo, referiu que foi um de dois investimentos que a Secretaria submeteu ao PRR e que para o navio, será lançado um concurso público no início do próximo ano. Relativamente ao tecnopolo, salientou que está em fase de aquisição, já submetida ao Tribunal de Contas.

O Deputado José Contente, após ter a palavra, novamente, reiterou que, na sua opinião, houve algum irrealismo nas datas que o governo anunciou e espera que a data de dois de dezembro não tenha “o mesmo caminho que as outras”. Salaria ainda que lhe preocupa que, havendo pouco tempo, não se conheça nada do programa científico, das valências que vai ter e do desenvolvimento do projeto e que, por isso, considera um atraso preocupante do ponto de vista daquilo que foi anunciado e que é importante para o desenvolvimento dos Açores.



O deputado do PSD, Rui Espínola, referiu que os orçamentos regionais devem ser o mais realistas e o mais verdadeiros possíveis. Assim, questionou o senhor Secretário, no âmbito da poluição marinha, sobre a existência de resíduos marinhos provocados pela ação do Homem. Pretendeu saber o que está a ser feito ou o que é que está programado para o ano de 2022 para evitar, combater e prevenir a existência de resíduos marinhos normalmente causados pela arte da pesca e que convém que o Governo Regional tenha em atenção.

Tendo a palavra, o senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas (SRMP), referiu que já existem projetos com vários anos e geralmente apoiados com fundos comunitários. Parte deles até totalmente financiados por fundos comunitários. A SRMP tem projetos que são de identificação, monitorização do lixo, limpeza e também um projeto relativo às algas invasoras que têm constituído um problema grave. Exemplificou que se fizeram algumas experiências no Porto Pim, na Madalena do Pico, onde também houve a necessidade de intervir, com uma máquina de sucção. Porém, esta ao sugar tudo, destrói ainda mais do que aquilo que se pretendia corrigir. O problema das algas, refere o senhor Secretário, foi em todas as ilhas, considerado um problema grave e que a Secretaria enquanto não souber como vai controlar este problema, este vai continuar a ser realmente um problema complicado. Assim sendo, referiu que o governo vai continuar com os programas dedicados à poluição marinha e estarão atentos e têm financiamento no âmbito da Macaronésia.

De seguida interveio o Deputado António Lima, que referiu estar a analisar a proposta de Plano, sem conhecer em pormenor aquela que é a execução deste ano, e disse entender que os sinais não são bons, o que lhe causa alguma preocupação.

Relativamente a investimentos executados, o deputado António Lima, colocou algumas questões, nomeadamente sobre o que está previsto para esta área, nomeadamente do parque de avarias, para o ano de 2022, já que entende não estar incluído na rubrica Escola do Mar, nem em outras que estão inscritas na Secretaria Regional das Obras Publicas e Comunicações. Relativamente a questões futuras, e em relação aos projetos financiados pelo PRR, nomeadamente o Tecnopolo MARTEC e o novo navio de investigação, está previsto o investimento de 1 milhão de euros, sendo que em 2021 estava previsto um investimento de 1,3 milhões de euros, que supõe, o deputado António Lima, ter sido para a aquisição do Tecnopolo. Assim, perguntou em que rubricas se incluí essa despesa de 1 milhão de euros no plano para 2022?

Perguntou ainda, em relação ao tecnopolo, sobre qual o objetivo e natureza do investimento.



Se será uma nova instituição? Se serão instalações para transferir instituições existentes na Região, nomeadamente na ilha do Faial? Ainda em relação ao Tecnopolo, o deputado questionou sobre quem é o proprietário do imóvel e quais os critérios tidos para a escolha do imóvel.

Posteriormente, e relativamente ao navio de investigação, o deputado questionou se nesta fase já se sabe a dimensão do navio, quais as necessidades de tripulação, qual a sua autonomia e quais os custos de operação anuais.

O senhor Secretário começou por responder que no ano passado, orçamento de 2021, foi dotada uma verba de 1 milhão de euros, quanto à aquisição dos imóveis importará uma verba de 1 milhão 230 mil euros. Esclareceu ainda que o proprietário do imóvel é a COFACO e que o atual Governo prosseguiu com a escolha e decisão do XII Governo Regional relativamente a esta matéria. Na sua opinião, é do entendimento que a localização, a área envolvente e edifício reuniam os requisitos necessários à instalação de um polo daquela natureza. Referiu ainda não ter dúvidas de que foi uma decisão acertada.

Esclareceu ainda que 1 milhão de euros, que consta para 2022, é referente a concursos públicos para o navio de investigação e para execução e obras do tecnopolo. Quanto ao projeto para o navio importa referir que esses montantes foram atribuídos pelo PRR, verbas essas (para a construção do navio) que não podem ser complementadas com o Orçamento Regional e, como tal, terá de se construir o navio cingindo-se ao dinheiro existente.

Relativamente à exploração do navio, esclareceu que durante 5 anos o navio não poderá (por ser investimento PRR) gerar receitas, a não ser para a sua manutenção. Salientando que navios do mesmo género, cruzeiros de investigação científica, cobram valores na ordem dos 60 mil euros dia ou mais. A ideia, referiu, é o navio gerar receitas que permitam a sua manutenção e gestão.

Sobre o PLA e a sua construção referiu que houve atrasos no arranque da obra causados pela pandemia assim como atrasos no transporte de contentores de material. No entanto, está praticamente concluída a instalação do PLA, sendo que o senhor comandante dos bombeiros e mais dois colaboradores na Escola do Mar estão já a receber formação para poderem trabalhar no mesmo.

Registou ainda que, até ao momento, não houve pedidos de pagamentos por parte da empresa, mas estando ajustado que haverá até ao final do ano faturação dos tais 780 mil euros,



informando ainda que a haver alguma revisão de preços esta será acertada para ser paga em 2022.

Referiu ainda que são quatro blocos de apartamentos, que foram cedidos à Região pela Marinha, e que não haverá capacidade para a recuperação total durante o ano de 2022, mas que se pretende executar as obras à medida do financiamento que existir e das necessidades mais urgentes ao funcionamento da própria Escola, como sendo o caso do ginásio assim como a resolução de situações de infiltrações no caso de chuva.

Em relação ao tecnopolo, o senhor Secretario referiu que o objetivo é que esse seja um centro de investigação de excelência na área do mar, nas áreas tradicionais e nas áreas emergentes. Sendo certo que não pretende criar estruturas que criem mais despesa de forma a não onerar o erário regional. Em resumo, referiu que se pretende criar um modelo com a colaboração de cientistas e com contributo de outras universidades e centros de investigação portuguesas e europeias.

Posteriormente, o deputado António Lima, em réplica, referiu que ficou com a ideia, que se está a construir o telhado e depois a casa, já que se tem gasto milhões em aquisição de imóveis, recuperação dos mesmos, não se sabendo nesta fase que tipo de instituição se quer criar. O que ela fará? Qual a sua forma jurídica? Quem a financiará? Foram questões colocadas pelo deputado. Sendo que toda a situação, de acordo com o deputado António Lima, já deveria ter sido pensada anteriormente quando se decidiu gastar vários milhões numa obra desse tipo. E concluiu dizendo que espera que não se crie um “elefante branco”, não obstante ser necessário efetivamente investigação, de haver essa capacidade, seja com instituições que existam, seja com novas instituições, mas, salienta, primeiro deve-se ter o projeto e só depois se devia partir para as instalações, que sendo importantes, não são o principal fator.

Continua o senhor deputado António Lima, relativamente ao navio, questionando ser necessário saber que tipo de atividade este deve ter, assim como saber que recursos ele pode obter de receitas para se ajustar aquilo que se quer construir às necessidades que a Região tem, de forma a aproveitar fundos importantes nas áreas ligadas ao mar, mas que esses fundos sejam bem projetados e utilizados.

Em resposta, o Senhor Secretário esclareceu que houve necessidade de se fazer um cronograma de modo a se poder candidatar ao PRR. Em relação ao Tecnopolo, existem linhas mestras sobre o que se pretende, nomeadamente integrar a área de investigação científica com a criação de laboratórios para investigação, laboratórios articulados com o navio de investigação, optando-



se por uma opção de “contentorização” dos laboratórios que permita que os contentores/laboratórios possam ir no navio quando necessários e regressar ao tecnopolo posteriormente para permitir ao navio continuar noutras investigações. Assim, o navio teria tecnologia mínima de forma a não ficar rapidamente desatualizada.

Relativamente a começar a casa pelo telhado, referida pelo deputado António Lima, o Senhor Secretário não concordou. Referiu que se sabe o que se pretende em termos de investigação no âmbito das pescas, da aquacultura, assim como a criação de um centro de aquacultura regional, considerando que os Açores estão muito atrasados relativamente à aquacultura.

Pretende-se, igualmente, fazer com que haja investigação de empresas ligadas ao mar, pescas e atividades emergentes ligadas ao mar.

Quanto às figuras jurídicas, refere que terá de estudar melhor forma jurídica de desenvolver o tecnopolo.

De seguida, foi dada a palavra ao senhor deputado Pedro Pinto, que pretendeu centrar a sua intervenção às infraestruturas de apoio às pescas, considerando que ambiente marinho é um ambiente corrosivo para equipamentos, ligações elétricas e, neste sentido, referiu que no Plano existem duas ações para aquisição de duas novas gruas. Sobre esta situação, questionou (relativamente ao “Parque de gruas” da Região que dão apoio às pescas) qual o estado atual conservação e funcionamento das mesmas, assim como pretendeu saber a situação relativamente à criação do entreposto frigorífico em Ponta Delgada, dadas as reclamações dos operadores locais, assim como saber a razão de não haver nenhuma referência em relação ao Porto de São Mateus na Ilha Terceira. Quais os investimentos ou possíveis investimentos a serem realizados?

Foi dada a Palavra ao senhor Secretário que começou por responder que, relativamente às duas gruas (uma no Porto das Poças e a outra no Calhau da Ponta, no Pico) que transitaram do plano do ano passado para este ano, os concursos públicos abertos ficaram desertos, tendo em conta a subida do custo de materiais, como por exemplo o aço, o que origina o atraso de fornecimentos e que leva as empresas, relativamente aos montantes que se abrem os concursos, deixem esses mesmos concursos desertos.

Assim, referiu que o governo vai avançar com ajustes diretos nessa área de modo a conseguir colocar as duas gruas, sendo certo que é preocupante a grua do Porto das Poças já que esta muitas vezes tem avariado e não oferece condições de segurança.



Prosseguiu o senhor Secretário analisando a situação das gruas na Região. A começar pela propriedade das próprias gruas, que pertencem à Lotaçor e esta empresa tem por obrigação assegurar (através de protocolo, contrato programa que existe com a Secretaria) a manutenção e funcionamento das mesmas. Depois, informou que há meia centena de gruas que pertencem à Direção Regional das Pescas e outras, menos, que pertencem a autarquias. Existem ainda protocolos com as associações de pescadores, que contemplam verbas para a manutenção das gruas. Porém, salientou, em muitas ilhas não é cumprida esta parte do protocolo. Ou seja, as associações de pescadores de algumas ilhas não têm a atenção devida à manutenção das gruas ou fazem uma manutenção que se vem a apurar não ser a mais adequada. Neste sentido, refere que se pretende que todas as gruas que estão ao serviço das pescas passem para a administração da LOTAÇOR, já que facilita em termos técnicos, assim como a criação de uma equipa móvel para quando ocorram avarias se faça deslocar essa equipa técnica para resolução da situação.

Foi referida também a questão da utilização de gruas para meios lúdicos. Há que encontrar uma solução que “nos deixe confortáveis” quanto à utilização dos equipamentos, já que são equipamentos caros, com manutenção dispendiosa, que necessitam uma manutenção adequada. Já foi pensada a criação de uma aplicação (APP) onde se pudesse monitorizar quem utiliza e quando, já que também se coloca a questão de Responsabilidade Civil, em caso de algum desastre, para que seja possível uma melhor responsabilização. Para haver esse seguro, terá de haver formação (à volta de 8 horas), que já foi tratada com a Mútua de Pescadores, para que se possa fazer um seguro de grupo e salvaguardar caso haja algum acidente.

Em relação a São Mateus, o senhor Secretário justificou haver uma verba para infraestruturas relacionadas com instalações para fazer aparelho num terreno que foi adquirido recentemente e está em construção de forma a dar outro ar aquela zona, à volta do Porto de São Mateus.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas iniciou a sua intervenção apresentando as principais linhas de ação no domínio do ambiente para este Plano Regional Anual de 2022, referindo que este Plano, na área do ambiente irá continuar a refletir aquelas que são as opções vertidas no programa do XIII Governo Regional dos Açores e, nesse sentido, as prioridades ao nível do investimento continuarão, naturalmente, a incidir em eixos estratégicos como o combate às alterações climáticas, a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade, a promoção da qualidade ambiental com um especial destaque



para a melhoria da gestão e para a circularidade dos resíduos, também a gestão dos recursos hídricos e um adequado ordenamento do território. Para a implementação desses eixos estratégicos o Plano da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para 2022 dispõe de cerca de 27,5 milhões de euros, este valor representa um aumento de investimento de cerca de 8,5 milhões de euros em relação ao ano anterior, isto é, um crescimento de, sensivelmente, 45%, e este aumento está fortemente alavancado pelas candidaturas apresentadas e pré-aprovadas no âmbito do programa REACT-EU, cujos investimentos, são comparticipados em 100%.

Para 2022, os 6 projetos a executar no âmbito do programa REACT-EU, representam um investimento global de cerca de 7,5 milhões de euros, de um total de 13 milhões de euros aprovados e a executar até 2023.

Outra componente muito significativa neste plano de investimentos, prende-se com a execução dos projetos LIFE, aliás os 5 projetos em curso na região, o IP AZORES Natura, o IP CLIMAZ, o VIDALIA e o BEETLES e também, o novo projeto que terá início este ano que é o LIFE SNAILS, representam um investimento total na região para 2022, de cerca de 7,7 milhões de euros, dos quais, 4,4 milhões de euros correspondem a um investimento direto da SRAAC.

No campo do combate às alterações climáticas, para além da continuidade de projetos como o PLANCLIMAC, serão também concluídas as revisões do plano de gestão de risco de inundações da região e do plano de gestão de secas e de escassez de água, bem como, será promovida a avaliação intercalar do programa Regional para as alterações climáticas.

No âmbito do programa REACT-EU, daremos início à elaboração do roteiro para a neutralidade carbónica dos Açores, com um investimento de 400.000€ (quatrocentos mil euros), em 2022 no total, e até 2023 serão 800.000€ (oitocentos mil euros). Também no âmbito do REACT-EU, lançaremos um projeto de melhoria do conhecimento da localização e do estado de conservação de solos orgânicos e turfeiras e também de monitorização do stock de carbono, que terá um valor total até 2023, de 2,2 milhões de euros, dos quais, 1,350.000 (um milhão trezentos e cinquenta mil) serão executados já em 2022, e isto permitirá dar execução a mais uma das medidas constantes no Plano Regional para as alterações climáticas.

Ainda ao nível do REACT-EU, terão início outros dois projetos de enorme relevância para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, o primeiro é o projeto de elaboração de cartografia de risco para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, que prevê uma verba de 1,950.000 (um milhão novecentos e cinquenta mil euros) já para 2022, de um total de 4,8



milhões de euros e que visa a atualização de fotografias aéreas para a região através da realização de voos aerofotogramétricos, e com base nesta informação, prevê a produção de cartografia vetorial para os Açores, algo que nunca foi feito, e que permitirá também gerar modelos digitais de terreno e de superfície com nível de detalhe, aos quais, a Região nunca teve acesso.

Essa informação de base, permitirá também desenvolver uma segunda componente do projeto que passa pela elaboração de cartografia de risco, dando assim também outra orientação do PRAC (Programa Regional para as Alterações Climáticas).

O outro projeto, visa a implementação de sistemas de alerta de cheias em bacias hidrográficas de risco na Região, para minimização dos riscos naturais e permitirá também, dar cumprimento a medidas previstas no plano de gestão da Região Hidrográfica dos Açores e no plano de Gestão de riscos e inundações da RAA, das quais a região nunca tinha tido oportunidade de colocar em prática.

No que se refere às alterações climáticas, naturalmente assume também uma especial relevância o projeto LIFE IP CLIMAZ atendendo que é um instrumento fundamental para a implementação do PRAC.

Para este segundo ano de funcionamento do projeto, que marca, no fundo, a conclusão da primeira fase do projeto, e que se refere ainda a uma fase de planeamento e capacitação, estão previstos cerca de 3,5 milhões de euros, dos quais, cerca de 1,7 milhões de euros, estão contemplados neste Plano de Investimentos da SRAAC.

A nível da conservação da natureza e da preservação da biodiversidade, os projetos LIFE são também fundamentais para este eixo estratégico de atuação, que é a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade e, neste sentido, em 2022, será dada continuidade aos projetos LIFE IP AZORES NATURA, projeto LIFE VIDALIA e LIFE BEETLES, sendo que terá início, o projeto LIFE SNAILS que irá disponibilizar cerca de 2,000.000 (dois milhões de euros) na preservação de espécies endémicas de caracóis na ilha de Santa Maria.

Estes 4 projetos, representam um investimento para 2022 de 4,1 milhões de euros, dos quais 2,7 milhões fazem parte do plano da SRAAC e, isso obviamente, representa um investimento muito significativo e tendo em conta a aposta da Região na proteção do nosso património natural.

Neste capítulo destaca-se ainda, e também pelo montante avultado, um investimento que é feito nos incentivos à manutenção da paisagem tradicional da cultura da vinha e também de



pomares de espécies tradicionais, que representará um investimento de cerca de 1,8 milhões de euros em 2022.

Ao nível da qualidade ambiental, será feito um investimento na rede de monitorização e na plataforma de informação na qualidade do ar, no valor de cerca de 829.000€ (oitocentos e vinte e nove mil euros) para manutenção dos equipamentos das estações de monitorização da qualidade do ar, para fazer upgrade das estações automáticas e também para o desenvolvimento de uma plataforma de informação que permita disponibilização online e em tempo real dos respetivos dados e permitirá ainda a instalação de uma nova estação na ilha Terceira.

Ao nível da gestão de resíduos e da circularidade, no âmbito das candidaturas que foram apresentadas ao REACT-EU, a SRAAC dará início ao processo de reestruturação dos centros de processamento de resíduos, para a realização de um processo de compostagem da recolha seletiva de orgânicos, este projeto será um investimento de cerca de 4,4 milhões de euros, dos quais 2,85 milhões serão executados já em 2022. O projeto inclui a reestruturação do CPR para a realização do processo de compostagem e aquisição de equipamentos para os mesmos (CPR).

Ainda no âmbito do programa REACT-EU, a SRAAC dará início à elaboração do roteiro da economia circular regional, no valor de meio milhão de euros, dos quais 250.000€ (duzentos e cinquenta mil euros) serão para executar já em 2022.

Com vista a dar início também à implementação dos sistemas PAY-AS-YOU-THROW, os sistemas PAYT na região, será criado um guia técnico para implementação desses sistemas nos Açores, onde serão lançados pequenos projetos piloto.

Por fim, o Senhor Secretário referiu que para o programa Eco Freguesias, terá uma dotação de cerca de 450.000€ (quatrocentos e cinquenta mil euros), uma vez que é também um instrumento importante de cooperação da Secretaria e entre o Governo Regional no fundo, e as freguesias da Região naquilo que diz respeito à limpeza ambiental e na sensibilização e conservação dos nossos Recursos Naturais.

Ao nível do ordenamento do território, para 2022 prevê-se o início da avaliação e revisão de dois elementos que são estruturantes para a definição da estratégia territorial dos Açores, mais concretamente o PROTA (Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores) e também o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial dos Açores, no qual se pretende efetuar a adaptação à Região do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Será dada continuidade à elaboração dos processos de alteração dos POOC's (Planos de Ordenamento da Orla Costeira) da Terceira e de São Miguel, bem como, terá início o processo de avaliação e consequente alteração do POOC das Flores, de modo também a que se conforme com a legislação que, entretanto, foi publicada.

No que concerne à proteção e prevenção de riscos, será alargada a implementação do projeto AZMONIRISK a outros locais da Região o que permitirá monitorizar situações potenciais de risco e munir o Governo Regional de ferramentas que são cruciais para gestão destes espaços, numa lógica naturalmente salvaguarda de proteção de pessoas e bens.

Também ao nível da prevenção de risco e de sistemas de alerta, será atualizado o sistema de monitorização, alerta e alarme na furna do enxofre na Graciosa, contribuindo para a segurança dos visitantes.

Na gestão dos Recursos Hídricos, em 2022, será concluída a elaboração de um conjunto de planos com incidência no domínio dos Recursos Hídricos, tais como, a alteração do programa Regional da Água, e também a elaboração do 3º ciclo do PGRH (Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores), Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores e também do Plano de Gestão de Secas e Escassez de Água da Região.

No contexto de prevenção de Riscos Hidrológicos, a SRAAC irá dar continuidade à monitorização, manutenção e requalificação da rede hidrográfica, através da execução de trabalhos de limpeza, desobstrução, reparação e melhoramento desta, dispondo para este efeito cerca de 1,7 milhões de euros. Serão também, realizadas intervenções profundas na rede hidrográfica, com base nos resultados que foram obtidos da avaliação do estado desta rede que é publicado anualmente no relatório do estado das Ribeiras nos Açores.

Em relação a Obras a realizar no domínio do ambiente, que serão centralizadas na Secretaria Regional das Obras Publicas e Comunicação, para concluir, a SRAAC, tem um investimento para 2022 que ronda os 7,3 milhões de euros, de onde se destacam as seguintes intervenções:

- Intervenção no Complexo de Infraestruturas do Porto Pim;
- O Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão;
- A requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo;
- A conclusão da requalificação dos percursos pedestres da caldeira de Santa Barbara na Ilha Terceira;
- O circuito interpretativo da Ponta da Ferraria;



- A intervenção no ordenamento paisagístico da zona da mata da Lagoa do Congro;
- A requalificação do Polo Pedro Miguel do jardim Botânico da ilha do Faial;
- A requalificação do circuito pedonal e interpretativo, incluindo o Miradouro do Monte da Guia do Faial;
- A empreitada de reestruturação da Zona de Lazer das Sete Cidades em São Miguel;
- A estabilização da Grotta da Lagoinha e ribeiras da zona sudoeste da ilha Terceira;
- Construção de vala para desvio de caudais, troço entre a ribeira do dilúvio e Ribeira da Prainha na ilha do Pico;
- Intervenção e requalificação dos caudais das ribeiras da Terceira e também algumas outras intervenções de requalificação de rede hidrográfica da RAA.

De um modo genérico, são estas as principais linhas de ação presentes para 2022 no plano da SRAAC.

Na primeira ronda de intervenção, pediu a palavra a Deputada Joana Tavares, a qual colocou a questão ao Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, do seguinte modo: “Sendo uma preocupação do ano passado e deste ano, da conservação da natureza e biodiversidade e também dos recursos hídricos, em termos de execução por parte do ponto 9, há um decréscimo muito acentuado na conservação da natureza e da biodiversidade em quase cerca de 2 milhões. Se conseguisse justificar a razão desta descida e que, também há uma descida considerável dos recursos hídricos, que depois se vai traduzir em ausência total de valores de investimento em determinadas ilhas, quando fazemos uma análise em relação à desagregação espacial em que existem ilhas com zero investimento nestas duas áreas.”

O Secretário Regional, Alonso Miguel esclareceu que: “em relação à questão da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade, estão em curso todos estes projetos LIFE, que incidem na grande maioria sobre a capacidade de fazer a gestão da conservação da natureza e também da preservação da biodiversidade seja através da erradicação de espécies invasoras, ou seja, através da plantação de espécies endémicas, de renaturalização de áreas, de reconversão de áreas para domínios mais sustentáveis, há aqui um grande investimento a nível dos projetos LIFE. Dando nota disto, o investimento dos projetos LIFE para 2022, rondam 7 milhões de euros, portanto é um investimento de facto muito significativo que a Região está a fazer, obviamente, recorrendo a estes instrumentos que são fundamentais destes projetos, mas que são comparticipados, o que há aqui um instrumento financeiro muito avultado nestes projetos e



terão também início, como disse à pouco, o Projeto LIFE SNAILS que irá dar mais um contributo. Portanto, não me parece que haja aqui nenhum desincentivo ou desinvestimento, em contrário, há cada vez mais, marcadamente uma aposta do Governo Regional, naquela que é a sua ação de conservação da natureza e de preservação da biodiversidade.”

Ao nível do investimento dos Recursos Hídricos, o Secretário Regional referiu que esta é, seguramente, uma das maiores apostas do Governo, sendo uma das maiores preocupações, até porque com as alterações climáticas teremos cada vez mais, frequentemente, cenários como aqueles que temos vivido nos últimos dias, como aconteceram à pouco tempo nos Mosteiros em São Miguel e nas Sete Cidades e, portanto, na realidade temos muita preocupação com isso porque o investimento para fazer na manutenção da rede hidrográfica que é enorme, se não estou em erro são cerca de 700km de extensão de rede hidrográfica, é muito complicado dispor de todos os recursos financeiros que gostaríamos de ter. Na verdade, há que priorizar e é exatamente isso que é feito com base nos relatórios do estado de conservação das ribeiras dos Açores e se define os investimentos mais urgentes a realizar. O que tentamos é mostrar exatamente isso, que é escolher e tomar opções e priorizar com base na informação que temos do estado de conservação das nossas Ribeiras, priorizamos o investimento e é isto que está no plano para 2022.

Acrescentou ainda o Senhor Secretário Alonso Miguel que, quanto à desagregação por ilha que, no fundo, trata-se de uma avaliação de um ano para o outro, naturalmente que pode ser feito, mas não é uma métrica muito aceitável porque depois alguns dos investimentos que são feitos num ano terminam e não há necessidade de voltar a fazê-los naquela ilha, portanto, daí dizer à pouco que é uma forma de priorizar o investimento de acordo com aquela que é a avaliação que é feita no âmbito do estado de conservação da nossa rede hidrográfica.

A Deputada Joana Tavares afirmou compreender o que disse o Sr. Secretário Regional em relação ao investimento de um ano para o outro, no que diz respeito à conservação, mas no que se refere aos recursos hídricos, referiu que, o caso de Santa Maria, é o segundo ano sem investimento.

Dada a palavra ao Deputado Antonio Lima do BE, o mesmo colocou 3 perguntas, sendo a primeira em relação às propostas do plano e, também aos objetivos a médio prazo. Perguntou ainda qual a expectativa do Governo relativamente à entrega da proposta do novo PEPGRA e se o objetivo é que integre as novas metas relativamente à gestão de resíduos das metas Europeias?



A segunda questão colocada pelo Senhor Deputado, foi a seguinte:

Em relação à recolha seletiva de orgânicos, pensando a médio prazo, qual é a expectativa desta ser implementada em toda a região, uma vez que há alguns locais que já se iniciou esta recolha, mas sendo um processo longo e de adaptação, não só da parte das autarquias e das entidades gestoras de resíduos, mas também das próprias pessoas que será uma realidade para se adaptarem à separação de resíduos.

Continuando ainda, o Senhor Deputado Antonio Lima, referiu-se às alterações climáticas, colocando a pergunta do seguinte modo:

Não está descrita nas verbas do plano, mas tendo em conta que é um objetivo Nacional de se atingir a naturalidade carbónica em 2050 e até eventualmente se antecipa, o que esperamos que sim, qual é, em termos de objetivo do Governo a meta para se atingir a naturalidade carbónica na RAA. Essa estimativa já foi feita, eu não tenho presente se isso já foi referido pelo Governo alguma vez, julgo que não, mas, pode em algum momento me ter falhado essa informação.

O Senhor Deputado António Lima referiu ter mais uma questão a colocar, a qual é mais específica, e que normalmente, diz ele, que o Senhor Secretário poderá não ter conhecimento, e não estando com isso a dizer que não tenha, mas é para deixar uma reflexão sobre a forma como nós gerimos os nossos recursos, da forma como implementamos os nossos projetos de conservação da natureza e da necessária coerência que tem que existir em toda a governação dessa matéria, porque o ambiente não é apenas uma questão da SRAAC, é uma questão transversal a todas as secretarias, ou quase todas, têm influencia nas questões ambientais.

Dando um exemplo concreto, o projeto LIFE NATURA, que é um projeto que tem um financiamento bastante avultado e é um projeto muito importante para a conservação da natureza, tem prevista uma intervenção na área da Fajã dos Cubres, na ilha de São Jorge, e refere-se que um dos objetivos de preservação desta Fajã, tem a ver com a preservação das espécies e, uma das espécies mais importantes que habita nesse local é a Narceja-comum, que é uma espécie cinegética na região em que o calendário de 2021 e 2022, permite a sua atividade cinegética sobre esta espécie. Ou seja, enquanto estamos a investir milhões na recuperação de zonas ambientais importantes na região para a conservação de espécies, ao mesmo tempo estamos a permitir a atividade cinegética sobre elas, ou seja, há aqui uma grande incoerência que deve ser corrigida, na nossa opinião, porque há um desperdício de recursos. Porque ou é



necessário conservar ou então, não vale a pena fazer o que na nossa opinião (BE) é necessário conservar.

O Senhor Secretário Regional, Alonso Miguel, começou por responder às questões colocadas, pelo Deputado Antonio Lima (BE), acerca das alterações climáticas:

“O que nós estamos a fazer é exatamente pôr em prática um conjunto muito grande de instrumentos que nos permitem de facto fazer uma mitigação e adaptação às condições climáticas e também dar sequência àquilo que é o plano Regional para as alterações climáticas. Com isso temos, como referi o LIFE CLIMAZ, temos estes projetos de conhecimento da localização das turfeiras e exatamente neste, permite perceber qual é que é a capacidade de descarbonização que as turfeiras têm, portanto, como disse e bem, o combate às alterações climáticas faz-se de uma forma transversal a todos os departamentos do Governo, não é feito apenas por esta Secretaria. Agora o que há a fazer, e por isso também temos o projeto de criação do roteiro para a neutralidade carbónica, exatamente para desenhar várias coisas, desde logo quais são os nossos níveis de emissão de gases com efeito estufa, para depois também tentarmos perceber que medidas compensatórias e de redução de emissões é que temos de colocar em prática para atingir a neutralidade. Ou seja, todas estas estratégias não podem ser empíricas, nós não podemos assumir que o valor é determinado, nós temos é que conseguir calculá-lo. E é exatamente nisso que nós estamos a trabalhar. Criar métricas que nos permitam dizer quais são as nossas emissões nos diversos sectores, na totalidade de toda esta produção já referida, para depois, com base nesta informação e sim de forma organizada e metódica, podermos estabelecer um conjunto de medidas que possam compensar essas emissões e que possam permitir alcançar a neutralidade carbónica. Respondida à primeira questão com base em todos os programas que referi à pouco que temos em andamento”.

Em relação à compostagem, referiu que este projeto é importantíssimo porque os CPRs da Região não estavam preparados para a compostagem, como sabe para fazer parte dos cálculos para a reciclagem, portanto, dos bio resíduos e nós tivemos que preparar a região ao nível dos CPRs para este processo de compostagem. Naturalmente que este processo é integrado, cabe a várias entidades. Como já tinha referido antes, o Secretário voltou a referir que a recolha não será obviamente feita pelo Governo Regional, mas sim pelos Municípios, entretanto disse que no passado houve também um investimento disponibilizando um conjunto de contentores para a recolha de bio resíduos, estando o Governo, portanto, a criar condições para que se possam de facto começar a instalar um sistema de recolha de bio resíduos e de compostagem. Adiantou ainda que os centros de processamento de resíduos da Região enfermam de vários problemas



e que existe também a necessidade de preparar no futuro uma renovação/melhoria desses centros de processamento, mas que neste momento será necessário adaptar os CPRs a este processo de compostagem e é exatamente por isso que existiram candidaturas a este projeto que é fundamental e estratégico para a Região.

Em relação ao PEPGRA (Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores), informou que este estará concluído, nesta fase estão a realizar a revisão com base nos resultados obtidos na primeira consulta pública e com recurso a assessorias externas que foram necessárias e a consulta às entidades irá decorrer entre 10 de janeiro e 12 de fevereiro e pretendem ter esta alteração concluída até ao final do mês de fevereiro de 2022.

Naturalmente, não pode ainda dizer o que sairá no relatório do PEPGRA, agora, o compromisso da Região é sempre fazer a sua parte e dar o seu contributo para que se atinjam as metas comunitárias, e o próprio já o tinha dito em plenário e é exatamente nisso que o Governo está a trabalhar. O PEPGRA está a ser revisto e em final de fevereiro terá o processo concluído para depois ser apresentado aos Deputados.

Em relação à preservação da natureza e à coerência entre a conservação da natureza e também à atividade cinegética, o Secretário referiu que não podemos por um lado estar a proteger, e por outro lado estar a permitir a caça de uma determinada espécie. Sim, são coisas separadas, e o que lhe apraz dizer é que estes são projetos que visam muito mais da proteção de uma simples espécie, visam o restauro ecológico dos ecossistemas, visam criar condições para um conjunto de espécies e um conjunto de habitats possam ser regenerados. Portanto, não se pode extrair uma espécie, de um modo geral, do objetivo desses projetos da natureza que é muito superior à conservação de uma simples espécie, ou apenas de uma espécie, sendo certo que há preocupação e normalmente quando uma espécie é cinegética é também com base na densidade populacional que têm.

Há aqui 2 aspetos que são diferentes, um tem a ver com a implementação de vários projetos de conservação que têm uma amplitude muito superior à conservação de uma espécie e o outro tem a ver com uma espécie que é cinegética e que é alvo de caça. Segundo o Secretário não lhe parece que faça muito sentido isolar uma espécie de um conjunto muito vasto de espécies que são o alvo da conservação destes projetos.

O Deputado António Lima do BE, achou que a resposta do Secretário Alonso Miguel a esta última questão fosse diferente, mas pelos vistos estava enganado porque acha que não se pode isolar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

espécies, mas também não se pode excluir e não se pode fazer as duas coisas ao mesmo tempo, mas é a visão do Governo.

Foi dada a palavra ao Deputado Marco Costa que iniciou a sua intervenção deixando uma nota de realce que considera ser uma grande aposta na conservação da Natureza e continuou dizendo que na verdade é que existiam vários projetos do passado já aprovados, como foi o do Plano e Orçamento anterior e o que sentimos é que estamos numa fase de execução e, portanto, são atos e ações palpáveis que vimos por todas as ilhas que deixam que se cumpram os objetivos que a Região se candidatou, e que deixam até meios ao serviço da Região que certamente estão a ser bem utilizados e acrescentou ainda: também quero deixar uma nota daquilo que depreendemos das afirmações do Senhor Secretário, sobre a preocupação desta questão muito atual, das alterações climáticas e tudo o que são os impacto que provocam e os cuidados que devem levar a todo o momento, principalmente na governação sobre as ribeiras, galgamentos na orla costeira, etc, tudo aquilo que se está a fazer e daquilo que se admite que é óbvio que ainda tem que se fazer porque são investimentos avultados e tem que se ir estudando certamente os enquadramentos de financiamento, uma leitura que não pode ser só do que ainda falta, mas da urgência ou da prioridade que tem que ser dada.

Continuando o Senhor Deputado Marco Costa disse:

“Gostaria de ver esclarecido, tem a ver com o processamento de resíduos e aquilo que é o diagnóstico que existia, ou se existe esse diagnóstico, das necessidades de investimento. Relembro que os centros de processamento de resíduos foram investimentos do Governo Regional que levaram a uma bandeira dos resíduos ou dos recursos, uns mais bem sucedidos do que outros pelas diversas ilhas, uns mais eficientes do que outros, mas que nesse momento, se calhar, por aquilo que percebi, obrigam a um investimento por parte do Governo Regional e, a questão que deixo é em relação aos fundos atuais ou fundos que já vinham do quadro anterior, e a segunda questão é se este cabimento dos 7.5 milhões de euros, desta orçamentação, se vem do trabalho que já foi feito de diagnóstico da situação atual.”

O Senhor Secretário assumiu que não tinha esclarecido as questões colocadas pelo Deputado Marco Costa: “de facto todos estes projetos do REACT-EU já são programação feita por este Governo, nada destes projetos transitaram do anterior Governo, naturalmente, alguns destes projetos visam cumprir as medidas que estão dispostas no PRAC, mas todos eles foram feitos já no decorrer desta legislatura e as candidaturas foram todas feitas por este executivo e, obviamente com base naquelas que eram as prioridade e as urgências que tínhamos que resolver.



No caso dos CPR, os 6 projetos têm um financiamento total participado a 100% de 13.000.000€ (treze milhões de euros), dos quais 7,5 milhões serão executados agora em 2022 e os restantes serão executados em 2023.

Ao nível dos CPRs, havia um levantamento já feito anteriormente que indicava para valores muito elevados que variavam entre os 15 e 20 milhões de euros, neste momento o Governo está a fazer um novo levantamento e em 2023 terão um projeto de recuperação e de modernização de todos os CPRs e, a partir do momento em que tivermos todos os projetos feitos é que teremos noção do investimento necessário para conseguir modernizar e recuperar todos os CPRs.

Neste momento o REACT-EU para a compostagem, porque não é possível aguardar mais, é mesmo necessário dotar a Região de capacidade de gerir os bio resíduos e de proceder à compostagem atendendo a que será um dos elementos a ter em conta no cálculo das taxas de reciclagem, no cumprimento das metas que são definidas. Sabemos que é um investimento elevadíssimo, que vai implicar um esforço muito significativo por parte do Governo Regional, mas também sabemos que é uma componente fundamental da qualidade ambiental e da promoção da imagem da Região e, iremos naturalmente, investir daquelas que são as possibilidades que são da Região, mas de força a colmatar todas as lacunas que existem atualmente, sendo certo que numa primeira fase, na modernização ao nível do processo de compostagem e numa segunda fase e concluído o projeto de 2013, avançaremos para a modernização e beneficiação dos CPRs em termos de maquinaria de estruturas e de tudo mais.”

Foi dada a palavra ao Deputado Pedro Pinto que agradeceu os esclarecimentos dados pelo Senhor Secretário, e que solicitou esclarecimentos acerca do ação 9.2.9 – Proteção Radiológica: “Em que ponto está o Plano Regional do radão e a monitorização ambiental da radioatividade, uma vez que esta ação é descrita como sendo um protocolo e contrato para apoio técnico e tem um montante orçamentado de 5 mil euros e gostaria de saber o que é que na Região tem sido feito ao longo dos anos relativamente a monitorização radiológica e em que ponto está o plano Regional do Radão?”

O Senhor Secretário Alonso Miguel respondeu: “na região a adaptação do novo plano de Radão à Região está numa fase muito incipiente, neste caso, esta verba é exatamente apenas para estabelecer um protocolo de apoio técnico à Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas no âmbito do regime jurídico de proteção radiológica, portanto, com base nesse protocolo iremos depois desenvolver um projeto para implementação propriamente dita do plano de Radão à RAA, neste caso esta verba é simbólica, porque é apenas para um protocolo



de colaboração e apoio técnico aos técnicos da DRAAC que dará no fundo o lançamento de implementação do plano à Região.”

Numa segunda ronda de intervenções, pediu a palavra o Deputado José Contente que referiu: “não é um problema do Senhor Secretário Regional, mas eu devo lhe dizer que de facto a credibilidade global destes documentos está afetada pelas baixas taxas de execução de 2021.

Em primeiro lugar, queria fazer umas observações, pareceu-me ouvir que o GRA iria agora tratar da monitorização e alargamento da rede da qualidade do ar, mas isso como sabe, é um projeto que já começou e, que foi inicialmente inaugurado em julho de 2020 com 150.000€ (cento e cinquenta mil euros). Depois queria também fazer uma pequena correção porque penso que foi lapso seu, a rede hidrográfica não são 700Km, são 7.000.000Km (sete mil Km). O Secretário respondeu que de facto foi lapso.”

Continuou o Deputado José Contente: “Também gostaria de dizer que a minha preocupação com as taxas de execução tem a ver com alguns programas, por exemplo, o programa 12 a taxa de execução está a zero, não é da sua responsabilidade por estar noutra secretaria, em matéria de 2021 é assim. O programa 9 no projeto 2, embora tenha uma taxa de execução de 14%, há aqui alguns zeros preocupantes como o Deputado Pedro Pinto falou, na questão da proteção radiológica, este programa tinha 87.000€ (oitenta e sete mil euros) e tem zero executado em 2021. Mas há mais, o PEPGRA também tinha 30.000€ (trinta mil euros) e tem zero, e a execução do regime de prevenção resíduos também tinha 40.000€ (quarenta mil euros) e tem zero. E há mais alguns outros. Só queria dizer que aquilo que afirmei na última reunião são factos concretos.”

Perguntou ainda ao Secretário: “se nesta fase não o preocupa algumas baixa taxas de execução, nomeadamente no projeto 2 do programa 9 e também em algumas ações do projeto 5, pelo menos uma que tem uma taxa de execução de zero, nomeadamente na avaliação de instrumentos de gestão ambiental.”

O Secretário respondeu que nunca disse que agora é que se estava a fazer um investimento inicial na promoção da qualidade ambiental e na monitorização da plataforma de informação da qualidade do ar, o que disse foi que irão fazer um investimento e este está plasmado no valor de 230.000€ (duzentos e trinta mil euros). “Naturalmente deverá ter percebido mal.”

O Secretário Regional, deixou aos Senhores Deputados uma palavra de conforto: “Não esteja preocupado com a execução da Secretaria do Ambiente, bem sei que é a sua responsabilidade, mas queria deixar que de momento a execução da nossa secretaria e num ano atípico em que



estamos, o funcionamento está a muito bom nível, temos neste momento taxas de execução semelhante e até superiores à antiga Secretaria na mesma altura do ano passado, não vale a pena seguir as metodologias de procurar as rubricas a zeros, sei que é importante mas, o que lhe queria dizer é que a execução da SRAAC, será no final do ano, e com o fecho do ano, muito satisfatória, como seguramente irá ver. Já temos cabimentado no total da Secretaria com as Direções Regionais 85% das verbas e já estão comprometidas 72%, portanto já estão pagas cerca de 48% e iremos ter taxas de execução muito satisfatórias, pelo que deixo esse descanso ao Senhor Deputado José Contente. Em relação ao PEPGRA, e à revisão deste, estará concluído em fevereiro de 2022, a execução será muito satisfatória. Já podia estar concluído no final de 2021, mas na verdade o processo levou muito tempo a ser iniciado, devia ter sido iniciado em 2019, mas não foi. E até ao final do primeiro semestre a revisão dos instrumentos que lhe estão associados, instrumentos jurídicos, também estará concluída apesar desta não ter data limite de conclusão, mas a revisão destes instrumentos deste regime geral de gestão de resíduos estará concluída também até ao final do primeiro semestre de 2022. “

O Deputado José Contente, referiu que invocou os zeros das ações porque eles existem e a fiscalização faz parte disso.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA:

O Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia iniciou a sua intervenção referindo, que os investimentos em matéria de energia a realizar em 2022 refletem uma política integrada energética dos Açores. Assentam na promoção do aproveitamento dos recursos naturais, que a Região dispõe e da eficiência energética, da mobilidade elétrica e do aprofundamento da troca do conhecimento com o além-fronteiras.

Esta transição é importante para cada cidadão, pelo que será reforçada a atribuição de incentivos e a instalação de equipamentos com vista à produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis para o autoconsumo.

Consideremos a especial atenção a obtenção de águas quentes para usos domésticos com o objetivo de assegurar a possível eletrificação dos consumos e promovendo o uso de equipamentos mais eficientes.

Esta eficiência energética que pressupõe o uso de menos energia para se obter o mesmo serviço é fundamental nesta transição energética não só por diminuir a energia que é utilizada na Região, mas pelo impacto que vai produzir na economia dos cidadãos e das entidades açorianas.



A educação e sensibilização dos cidadãos são os aspetos chave no objetivo do Governo dos Açores e assim desenvolverão diversas ações na Região para incutir melhores práticas no uso da energia.

Qualificar e preparar os profissionais que desenvolvem esta atividade preparando-os para atuarem de melhor forma e contribuírem para a transição energética melhorando a sua competitividade no mercado.

Alcançar uma maior eficiência de transição energética nos transportes terrestres é a aposta do Governo Regional, que continuará a impulsionar a mobilidade elétrica contribuindo com incentivos financeiros, no caso de aquisição de veículos elétricos e mostrando as vantagens da sua aquisição, numa Região que reúne as características ideais para a sua implementação.

Será aprofundada a participação dos Açores em projetos e parcerias Nacionais e Internacionais assentes nos pilares que sustentam a transição energética, fomentando trocas de conhecimento bem como a experimentação de novas soluções em matéria de energia in loco fundamental em área que é a constante evolução tecnológica.

O Deputado do BE, António Lima colocou a questão sobre a transição energética, nomeadamente no que diz respeito à medida 10.1.2, porque ela de facto tem um aumento muito elevado de 2021 para 2022, estamos a falar num investimento de praticamente 40.000.000€ (quarenta milhões de euros) estamos a falar de energias renováveis para famílias, empresas entidades de carácter privado. Como é que será a sua implementação como é que essas famílias, empresas e mais instituições terão acesso, uma vez que estamos a falar de verba considerável e com grau de alcance muito grande, estamos a falar de quarenta milhões de euros para serem atribuídos, tendo em conta o número de candidaturas a gerar. Se há verbas alocadas tanto para famílias e para instituições de natureza coletivo, se há previsão quanto a essas verbas ou se o bolo é geral e qualquer pessoa pode candidatar-se e aceder nas mesmas condições. Gostaria também de perceber qual a parte que vem do PRR para a transição energética e qual a parte que será financiada por outros fundos.

O Secretário Regional agradeceu a pergunta e respondeu que de facto, o ponto indicado por 10.2.1 é composto, de alguma forma, pela antiga pró-energia mais uma componente que é aquela que é determinante aqui na formação do Valor Global do PRR. Do pro-energia há ligeiras modificações, transitou aqui o que era o financiamento aos painéis fotovoltaicos para outra medida e, no que toca ao PRR, que é o que é de facto o mais importante, está dividido em 4 tipologias de investimento, sendo que uma delas, a 4ª, que envolve à volta dos 5.000.000€



(cinco milhões de euros), é aquela que vai ser administrada pela Direção Regional de Energia, para aqueles fins que estão aqui definidos para as instituições e para as famílias. Relativamente à distribuição, ou repartição pelo PRR, para além dessa tipologia 4, que depois é suportada por estes fundos, na tipologia 1 temos o aumento da potência instalada geotérmica para produção de eletricidade, portando isso é EDA a renováveis que corresponde a investimentos que também já, de alguma forma, estão em curso com os furos em São Miguel e na Terceira.

Relativamente à tipologia 2, esta será, e é, a Corvo Renovável, com detrimento de potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo, sem comprometer a estabilidade e segurança dos saneamentos, portanto isto é conduzido também através da EDA renováveis. Portanto, isso corresponde a um parque eólico, um parque fotovoltaico e estamos a falar aqui, aproximadamente, 850 kW.

A tipologia 3, corresponde a instalação de sistema de armazenamento de energia elétrica, nas restantes 6 ilhas, excluindo São Miguel, Terceira e Graciosa que já têm estruturas e instalações desta natureza, portanto esta energia renovável depois vai ter que conviver com a energia produzida por fontes térmicas o que há necessidade de sistemas que permitam esta convivência sem criar perturbações inaceitáveis na rede. Conforme já tinha dito, relativamente a esta tipologia 3, São Miguel Terceira e Graciosa estão excluídos pela simples razão de já terem feito este caminho, portanto têm já as suas estruturas que se não estão concluídas, estão em vias de conclusão.

O Senhor Deputado Antonio Lima do BE, solicitou esclarecimentos:

“Vendo aqui a descrição da medida, não se fala em financiamento para o armazenamento de energia que parte do produtor ou do distribuidor, a ideia com que se fica claramente, pode ser erro meu, é que se trata de entidades que não têm como objeto social a produção de energia que poderão produzir para seu autoconsumo, porque e isso que é referido exatamente na descrição da medida “aquisição de equipamentos de produção de energia elétrica, oleífera, essencialmente destinadas a autoconsumo...”, ou seja a descrição desta medida devia ser corrigida, devia ser diferente. O facto que, aquilo que me está a dizer é outra coisa completamente diferente e, aí eu já depreendo muito mais facilmente os valores que estão aqui em causa.

Gostaria apenas de um esclarecimento adicional, ou seja, referiu que 5.000.000€ (cinco milhões de euros) serão para a pro-energia, instituições e famílias, o que não percebi é, qual é a parte que vem do PRR, porque o cronograma financeiro do PRR para 2022 apenas prevê 10,5 milhões



de euros, isto são dados da Direção Regional do planeamento de fundos comunitários que têm a sua página e este cronograma financeiro reflete o valor que já referi. Gostaria de perceber se este cronograma já não está atualizado, ou se é o plano PRR que tem outras verbas.”

O Secretário Regional afirmou o seguinte: “se calhar não me fiz expressar claramente aquela que é a distribuição dos investimentos com base nos fundos PRR. Os 5.000.000€ (cinco milhões de euros) que referi não são pro-energia, são a tipologia 4 do PRR. Das 4 que existem, 3 são para fundamentalmente serem realizadas pela EDA renováveis e a Tipologia 4 que tem 5.000.000€ (cinco milhões de euros), aproximadamente, será administrada pela Direção Regional de Energia.

Relativamente ao pro-energia, esse sai do plano, são 600.000.000 (seiscentos mil euros) que estão alocados a investimentos e portanto, e para transmitir de uma forma mais clara, nós tivemos uma ligeira alteração na pro-energia, neste momento temos aqui uma afetação aquilo que já tinha e, para lembrar, são bombas de calor, painéis térmicos, baterias, etc, portanto, apenas removemos daqui os fotovoltaicos que passaram para outro capítulo que não este. Portanto, os 5.000.000€ (cinco milhões de euros) são PRR e são administrados pela DRE e são alocados aos fins que já tinha referido”.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Contente do PS, que colocou a seguinte questão: “Em relação à eletrificação da caldeira do Santo Cristo, saber se a obra está concluída e qual é a taxa de execução desta obra em 2021.”

O Secretário Regional transmitiu que a obra está concluída.

O Senhor Deputado José Contente do PS, usou o seu direito de réplica e questionou o Secretário Regional porque é que há dotação para esta obra para 2022, sendo que esta já está concluída?

O Secretário Regional respondeu: a obra está concluída, mas não está paga, portanto, temos uma dotação para terminar o pagamento dos trabalhos que foram executados.

O Deputado Antonio Lima do BE, insistiu na questão por ele já colocada ao Secretário Regional, na primeira ronda, em relação à verba que advém do PRR:

“Eu julgo que talvez não tenha colocado a questão de uma forma adequada. O que eu quero saber em concreto é qual é a verba, destes 40.000.000€ (quarenta milhões de euros) que estão previstos neste programa, qual é a verba que advém do PRR, é tao simples quanto isso.”

O Secretário Regional respondeu ao Senhor Deputado Antonio Lima do BE que o valor é de 39.000.000€ (trinta e nove milhões de euros).



Foi dada novamente a palavra ao Deputado Antonio Lima do BE que referiu:

“Estou a tentar esclarecer as informações que o Governo nos dá, eu trabalho, em regra geral, com os dados do Governo. Ou seja, o Governo tem que rever o seu cronograma financeiro com o PRR. O que me está a dizer é que o cronograma financeiro do PRR não conta, não serve de nada porque já está desatualizado, e este prevê em 2022 apenas 10,5 milhões de euros para a transição energética, investimento TC-C14-i03, eu não estou a inventar, ou seja, terá de ver, e isso das duas uma, alterar o programa financeiro e explicar porque é que o altera, ou então, alguma coisa não está bem no plano. É essa a minha constatação de um facto que falamos aqui.”

O Secretário Regional transmitiu o seguinte:

“De facto relativamente às realizações previstas para 2022 são esses 10 milhões, simplesmente esses investimentos já estão em curso desde 2020, portanto esse montante corresponde ao necessário para solver aquilo que são já as realizações feitas desde 2020, por exemplo, os furos em São Miguel da Açorgeo já estão concluídos, os da Terceira estão em vias de conclusão e portanto todos eles correspondem a valores extremamente elevados, como são as empreitadas típicas de perfuração e esses 79.000.000 (setenta e nove milhões) são esses 10 mais os outros que já estão realizados e que foram alocados todos a este montante. “

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Subsecretário Regional da Presidência iniciou a sua intervenção referindo ter muito gosto em apresentar as matérias relativas à parte da Presidência do Governo, nas áreas de intervenção da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e continuou dizendo que ia transmitir aquela que é a proposta do Governo para o plano e orçamento de 2022, e que estão divididos em 3 projetos que dizem respeito ao apoio aos média, ao Jornal Oficial, e à coordenação da atividade Governativa.

Quanto ao apoio aos média, o Subsecretário Regional referiu existirem três ações no valor total de 797.500€ (setecentos e noventa e sete mil e quinhentos euros), o que significa uma redução de cerca de 26% em relação ao orçamentado para 2021, e explicou que esta diminuição se prende nomeadamente com o programa de apoio à Comunicação Social, que contou em 2021 com uma verba de 850.000 (oitocentos e cinquenta mil Euros), que foi uma evolução bastante grande em comparação aos anos anteriores, que se deveu aos apoios excecionais que o XII Governo e o XIII Governo decidiram atribuir aos órgãos de Comunicação Social em virtude do



efeito da Pandemia e explicou que agora que estamos numa fase de normalização da atividade económica e consequentemente também, abrangendo esta normalização dos órgãos de Comunicação Social, o Governo decidiu voltar aos valores que inicialmente tinham sido aprovados para 2020 que são os 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil euros).

Continuou a explanação referindo-se à segunda ação tem a ver com a plataforma eletrónica da comunicação com os cidadãos, que contará este ano com uma verba de 50.000€ (cinquenta mil Euros) e depois o financiamento de obrigações dos serviços públicos de notícias e de televisão que tinha uma verba de 127.500€ (cento e vinte e sete mil e quinhentos euros) em 2021 e agora tem uma verba de 97.500€ (noventa e sete mil e quinhentos Euros).

O Subsecretário deu conta que existe uma variação de menos 26% em relação a 2021. No que diz respeito à ação referente ao Jornal Oficial de acesso à base de dados jurídicos, mantém-se a mesma verba de 50.000€ (cinquenta mil Euros) igual a 2021.

Finalmente, referiu que na coordenação da atividade Governativa, existe uma alteração maior que tem a ação das relações com as entidades Governamentais externas e com outras entidades, em que tinha sido previsto em 2021 uma verba de 72.500€ (setenta e dois mil e quinhentos euros) e agora tem um aumento de 500.000 (Quinhentos mil Euros), aumento este de cerca de 600% em relação a 2021. E explicou que esta diferença decorre de uma nova perspetiva que o Governo quer dar às ações que entram neste capítulo, na perspetiva de concentrar na presidência do Governo uma série de apoios que eram dados a entidades externas que estavam dispersas por vários departamentos do Governo. Disse ainda que é entendimento do Governo que em termos de racionalização destas ações, exista a sua concentração numa entidade só e para este efeito, a presidência do Governo assumirá essa tarefa, daí o aumento significativo dessa verba para 500.000 (quinhentos mil Euros).

O Deputado José Contente no uso da palavra, disse ter verificado que na descrição do programa 1.1, e nas suas subdivisões; 1.1.1; 1.1.2 e 1.1.3, estas mais não são do que “copy paste” do ano passado, e adiantou que isso não tem mal, mas entende que existe uma explicação que será necessária, uma vez que, no ano passado, a plataforma eletrónica de comunicação ao cidadão, em relação a esta ação, dizia que estava em curso e este ano está exatamente igual, pelo que interrogou o Senhor Subsecretário se de facto isso não foi tudo executado, se continua em execução e porque é que, de facto neste espaço de 1 ano, essa execução que estava prevista para 2021 não foi feita?



Depois, fez mais uma observação, referindo que independentemente da pandemia parecer ter abrandado, não lhe parece que os órgãos de Comunicação Social estejam na mesma forma que estavam antes da pandemia começar, portanto, entende que esta baixa de 850.000€ (oitocentos e cinquenta mil Euros) para 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil Euros vai penalizar alguns órgãos de Comunicação Social que ainda estão numa caminhada e que eventualmente não irão conseguir, por si só, atingir os patamares que tinham antes dos efeitos da pandemia.

Sobre a primeira questão, o Subsecretário referiu que sobre as ações 1.1.1 e 1.1.2, que tem a ver com a plataforma eletrónica da Comunicação do Cidadão, de facto já houve execução este ano, está a ser executada, adiantando que neste momento houve até uma revisão da dotação para 2021, um aumento de 14.000 (catorze mil euros), e que já houve despesa no valor de 40.000€ (quarenta mil euros), portanto a ação está, efetivamente, a decorrer e está a ser trabalhada. Aquilo que é entendido é que continuará em trabalho para 2022 e para isso é preciso essa inscrição de 50.000€ (cinquenta mil euros), portanto trata-se de uma continuação do trabalho que está a ser desenvolvido e que efetivamente tem já, em relação a 2021, e falando num período relativamente curto, uma taxa de execução de cerca de 62% em relação aos 50.000 (cinquenta mil) no segmento orçamentado.

Sobre os valores da comunicação social, o Subsecretário referiu que é entendimento de facto do Governo que este aumento de 200.000€ (duzentos mil euros) de 2020 para 2021 decorreu, efetivamente, da vigência das resoluções. Uma primeira que tinha sido uma resolução do XII Governo em 2020 e depois de uma resolução da Assembleia Legislativa Regional que assumiu esta resolução de apoio idêntico para 2021, e a verdade é que esse apoio foi executado tendo em conta as necessidades que tinham sido previstas em 2020, que acabaram por ter uma execução de cerca de 740.000€ (setecentos e quarenta mil euros). Em relação a 2021 o Subsecretário afirmou que este programa foi também ele reforçado, e houve uma dotação revista para 865.000€ (oitocentos e sessentas e cinco mil euros), portanto, houve um reforço de 15.000€ (quinze mil euros), em relação aquilo que tinha sido aprovado em orçamento e em plano para 2021, e que já foi paga uma despesa de 861.000 (oitocentos e sessenta e um mil), o que significa uma execução quase plena, de 99%.

E continuou dizendo que com o diálogo que o Governo tem mantido com os Órgãos de Comunicação Social, tem dado para perceber que esses apoios excecionais em virtude da pandemia já não serão necessários em 2022, daí o regresso a valores de apoios previstos no programa *Pro-média* anteriores ao período anterior à pandemia, aos valores de 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil euros).



Acrescentou ainda que, sobre esse programa, é preciso ter em conta que ele teve uma estabilidade muito grande ao longo da última década em termos de valores, tendo mesmo em 2018/2019 baixado. E clarificou que em 2020, efetivamente, houve uma subida para 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil euros) e então, devido à pandemia, passaram para 850.000€ (oitocentos e cinquenta mil euros) continuando esse valor em 2021, mas que atualmente o Governo entende que os 650.000€ (seiscentos e cinquenta mil euros) se justificam para o plano de 2022.

O Senhor Deputado José Contente do PS, usou o seu direito de réplica apenas para aclarar uma informação dada pelo Senhor Subsecretário, questionando sobre a ação - plataforma eletrónica de comunicação ao cidadão, que em 2021 estava orçamentada com o valor de 100.000€ (cem mil euros) e que o que o Subsecretário se teria referido a 50.000€ (cinquenta mil euros) para este mesmo ano de 2021, o que não traduz a realidade uma vez que no ano de 2021, foram efetivamente são 100.000€ (cem mil euros).

O Senhor Subsecretário em resposta, considerou pertinente a questão do Senhor Deputado José Contente do PS, dando-lhe toda a razão e ainda acrescentou que em 2021 seriam os 100.000€ (cem mil euros) e que houve, inclusive, uma dotação revista para 106.000€ (centos mil euros). Referiu que a taxa de execução ainda é muito baixa, sendo uma taxa de execução de apenas 8%, mas que o programa está a decorrer e prevê-se que ainda este ano haja mais execução, e que para a dotação para 2022 seja só necessário 50.000 (cinquenta mil).

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de **abstenção com reserva de posição para plenário**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer **abstenção com reserva de posição para plenário**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



A **Representação Parlamentar do PAN** não emitiu parecer quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir por maioria, parecer **favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2022”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir por maioria, parecer **favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2022”.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento da devida tramitação processual, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 4 de novembro de 2021

A Relatora,

Valdemira Gouveia

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

José Eduardo